

A judicialização de políticas públicas de saúde no Brasil: da ineficácia da política ao protagonismo do Judiciário (2010-2019).

The judicialization of public health policies in Brazil: from the ineffectiveness of politics to the role of the judiciary (2010-2019).

Nome da autora: Kamile Moreira Castro

Orientador: Professor Doutor Pedro Fonseca

*Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política*

RESUMO

Este trabalho de investigação contempla a judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil, tendo por foco inicial de abordagem a ineficácia da execução de tais políticas e, como ponto de chegada, o protagonismo do Judiciário brasileiro para que as normas jurídicas que tutelam tais políticas sejam efetivamente cumpridas. Os fundamentos metodológicos desta pesquisa, que se qualifica como qualitativa e se utiliza do método dedutivo, parte da hipótese inicial relativamente ao funcionamento da jurisdição, que tende a conceber o comportamento do Poder Judiciário como um Poder de Estado, e não como uma função de Estado. Seguindo as premissas metodológicas acima indicadas e anteriormente previstas no projeto de pesquisa, apresenta-se como resultado da parte escrita da investigação dois momentos distintos. O primeiro deles é composto por doutrinas e normas que regulam a função judiciária. O segundo momento apresenta uma verificação das teorias sobre o funcionamento

efetivo da jurisdição brasileira perante as políticas públicas de saúde. Assim, discorre-se sobre as relações entre o Poder Judiciário e o Executivo, enquanto que, de forma subsequente, se apresentam as relações do Judiciário com os demais poderes constitucionais. Em outro momento, consigna-se como o protagonismo judicial interfere na execução das políticas públicas de saúde. Finalmente, em nível de conclusão, discorre-se sobre a intervenção do Poder Judiciário que, em determinadas situações, força os demais poderes a agir em conformidade com o conteúdo programático das normas constitucionais para concretizar o direito à saúde que, no Brasil, constitui-se como um direito fundamental social.

Palavras-Chave: Judicialização. Poderes constitucionais. Função judiciária. Políticas Pública de Saúde.

ABSTRACT

This research contemplates the judicialization of public health policies in Brazil, with the initial focus of addressing the ineffectiveness of the implementation of such policies and, as a point of arrival, the role of the Brazilian judiciary so that the legal norms that protect such policies are effectively met. The methodological foundations of this research, which qualifies as qualitative and uses the deductive method, part of the initial hypothesis regarding the functioning of jurisdiction, which tends to conceive the behavior of the Judiciary as a State Power, and not as a function of State. Following the methodological premises indicated above and previously foreseen in the research project, two distinct moments are presented because of the written part of the investigation. The first is composed of doctrines and norms that regulate the judicial function. The second moment presents a verification of theories about the effective functioning of the Brazilian jurisdiction before public health policies. Thus, the relations between the Judiciary and the Executive are discussed, while, subsequently, the relations of the Judiciary with the other constitutional powers are presented. At another time, it illustrates how judicial protagonism interferes in the implementation of public health policies. Finally, at the level of conclusion, it is discussed about the

intervention of the Judiciary that, in certain situations, forces the other powers to act in accordance with the programmatic content of the constitutional norms to realize the right to health, which, in Brazil, constitutes a fundamental social right.

Keywords: Judicialization. Constitutional powers. Judicial function. Public Health Policies.